

## **ATA Nº 92/2017 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS**

No dia 21 do mês de junho de 2017, nas salas 06 e 07 do 3º andar do Edifício Gerais, na Cidade Administrativa, realizou-se reunião com o objetivo de propor alternativas para a solução pacífica dos conflitos das Ocupações William Rosa e Marião, localizadas em Contagem-MG.

Lígia Maria Alves Pereira, Coordenadora da Mesa de Diálogo, abriu os trabalhos com uma rodada de apresentação dos participantes, conforme lista de presença anexa, que substituirá a assinatura dos presentes. Explica que todas as tentativas de negociação foram feitas com a CeasaMinas, mas não surtiram efeito. Fala que, com base nas conversas feitas com a Prefeitura de Contagem, uma minuta de acordo foi elaborada. Acredita que o documento possa servir, inclusive, para mostrar ao judiciário que um acordo está sendo construído.

Alessandro Marques, da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab, fala que o último acordo feito há aproximadamente 1 ano e meio não foi cumprido, especialmente por parte da CeasaMinas. Diante da situação de cumprir a decisão judicial, a saída encontrada pelo Governo de Minas e Prefeitura de Contagem foi reunir membros que acompanham o processo, mesmo sem a participação da CeasaMinas, que hoje não manifesta interesse no acordo. Informa que, ontem, juntamente com a coordenação da Mesa de Diálogo, OAB, Comissão de Direitos Humanos e secretarias da Prefeitura de Contagem foi possível construir uma proposta. Ressalta que não está nas mãos do governo nada além do que já está sendo apresentado. Ressalta que, com base no que foi discutido previamente com o Lacerda, a conclusão virá com o apoio da Prefeitura de Contagem e o Dr Afonso já buscou uma possibilidade junto ao judiciário para executar o que será apresentado.

André Sperling, do Ministério Público de Minas Gerais, fala que o órgão estava preocupado com os desdobramentos por causa da última reunião da Mesa de Diálogo em Contagem, uma vez que já existia uma determinação do poder judiciário de que fosse feita a desocupação. Acredita que poderia haver violações de direitos humanos. Parabeniza o trabalho feito, pois considera que é uma garantia desses direitos.

Lígia Pereira informa que fará uma leitura global do documento e depois abrirá espaço para que todos possam fazer as contribuições.

William Santos, da OAB, pergunta como está a questão da Polícia Militar, uma vez que o CeasaMinas está soltando material produzido anteriormente e, salvo engano, a PM também está panfletando. Propõe fazer um anexo com a assinatura de todos os presentes na reunião para que o acordo de hoje não seja alterado amanhã.

André Sperling se propõe a assinar o acordo até mesmo para que o documento chegue ao judiciário com a anuência do Ministério Público.

Alessandro Marques informa que a assinatura de todos constará no anexo. Explica que o governo não pode intervir nas ações da Polícia Militar. O órgão está cumprindo atividades de prevenção e de informação para que se tome providências com relação à Reintegração de Posse. Lembra que tranquilizou o Lacerda sobre isso.

Lúcio Domingues, da Comissão Apoio aos Movimentos Sociais da OAB, lamenta a ausência reiterada da CeasaMinas. Coloca-se a disposição para contribuir neste e em outros conflitos.

Daniel Santos, da Confederação Nacional das Associações de Moradores – Conam, fala que o Deputado Rogério Correia coloca o gabinete a disposição. Demonstra preocupação com a falta de políticas públicas para evitar ocupações. Manifesta interesse em assinar o documento como entidade nacional.

Aylton Magalhães, da Defensoria Pública, vê, tecnicamente, o acordo como uma reintegração, uma vez que há entrega voluntária da área para a CeasaMinas. Acredita que isso não cria nenhum tipo de embaraço no processo.

Vanessa Portugal, do Movimento Luta Popular, fala que a polícia está tensionando os moradores. Cobra os elementos que não estão detalhados no documento como os responsáveis pela disponibilização dos recursos para a construção de moradias na área cedida. Acredita que os moradores possam precisar de mais tempo para construção dos barracos de madeirite, visto que a saída proposta no documento é o dia 01/07. Fala que há idosos, cadeirantes e outras pessoas que não conseguirão construir o próprio barraco. Solicita condições mínimas (ruas, saneamento básico etc.) na área do assentamento provisório, pois as famílias serão realocadas por aproximadamente um ano e meio até a construção das moradias definitivas

Alessandro Marques informa que amanhã a Prefeitura de Contagem já estará com uma equipe pronta para, junto com a comunidade, realizar o cadastro das famílias que serão realocadas. Paralelo a isso, os moradores criarão uma comissão para vistoriar o terreno para onde serão levados. O terreno já limpo que a prefeitura está destinando é de 75 mil metros. Destaca que a construção das moradias será no mesmo terreno que as famílias estarão realocadas, até mesmo para que os moradores façam a guarda da área. A área já limpa pela prefeitura é de 40 mil metros. A data para desocupação pode ser prorrogada se mostrar ao judiciário e à Polícia Militar que estão trabalhando. Acredita que a CeasaMinas não será intransigente quanto a isso.

Vanessa Portugal cobra o detalhamento da área no Termo de Acordo.

Alessandro Marques fala da possibilidade de a prefeitura construir as moradias em terrenos diferentes. Compromete a trabalhar na elaboração de um regulamento que conste as informações não detalhadas no Termo de Acordo.

Lígia Pereira propõe, caso aprovada a redação, instituir uma comissão com representação dos moradores da ocupação para visitar as áreas.

Rafael Bittencourt, solicita que expliquem como será a adequação do assentamento provisório.

Alessandro Marques explica que será nos parâmetros do projeto apresentado pela CeasaMinas anteriormente. Salvo engano, aproximadamente 40 metros. Informa que isso pode ser discutido pela comissão.

Vanessa Portugal pede para que a prefeitura garanta escola no entorno.

Lígia Pereira informa que o cadastro já começaria a ser feito amanhã (22/06), pois é indispensável para que medidas já sejam tomadas no sentido de solicitar ligações de água, energia elétrica etc.

Rúbia Oliveira, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, comunica que entrou em contato com a Secretaria de Saúde de Contagem, e, na posse do cadastro serão fornecidos vacinação e registro no posto de saúde. Informa que precisa do levantamento das gestantes da ocupação.

Lacerda Santos, do Movimento Luta Popular, pede para que seja retirado do documento o compromisso de não ter mais ocupação.

Alessandro Marques explica que o Estado se coloca a disposição para resolver de forma definitiva o problema da ocupação. O problema maior que era a construção das unidades habitacionais já não existe mais. Acredita que deve manter a cláusula para manter o direito daqueles que estão sendo beneficiados.

Lacerda Santos informa que como não é morador pedirá para que um residente da ocupação assine o documento.

Alessandro Marques pede a assinatura tanto do Lacerda quanto a do morador.

Lígia Pereira lembra que, a instituição da Mesa de Diálogo, visa a solução dos conflitos fundiários urbanos e rurais e não incentiva novas ocupações. A competência desse espaço de diálogo é garantir moradia digna. Reforça que o compromisso é que os moradores acompanhem passo a passo dos processos oriundos do acordo, neste sentido a comissão será responsável por aquilo que lhe cabe.

Afonso Andrade, da Procuradoria de Contagem, informa que a Juíza Mônica, da 4ª Vara, e o desembargador da 2ª Instância, Alberto Diniz, o atenderá, amanhã, para receber as informações sobre o que foi discutido.

Lígia Pereira informa que precisa programar a saída dos moradores. Há necessidade de quantificar as famílias que poderão ser retiradas por dia. Solicita que apresentem até o dia 30/06 o cronograma.

Lacerda Santos informa que podem iniciar o cadastramento a partir de amanhã e em seguida as construções.

Alessandro Marques acredita que amanhã já pode ser criada a comissão que fará o cadastro, e informar o cronograma tanto para a Polícia Militar quanto para a juíza.

Vanessa Portugal não vê problema em fazer o cronograma. Avalia, apenas, que em oito dias, considerando a avaliação da área, cadastramento e transferência das famílias, é um prazo apertado.

Alessandro Marques concorda com o posicionamento da Vanessa Portugal. Sugere alteração da data para o dia 15/07. Fala que as famílias que irão para casa de familiares serão apoiadas.

Vanessa Portugal fala que tem que trabalhar com a previsão do total: 432 famílias.

Alessandro Marques informa que a prefeitura se comprometeu a no máximo 432 unidades habitacionais, caso apenas 10 famílias forem para o acampamento, não há problema, ainda assim as habitações estarão asseguradas.

Lacerda Santos solicita uma equipe de trabalho para ajudar na construção dos barracos.

Alessandro Marques fala que o governo não tem condições de disponibilizar mão de obra. Lembra que tem que acordar com a CeasaMinas que se entrar alguém na área desocupada, não é problema do governo. Solicita ao movimento que acompanhem o cadastramento. Diz que, embora não possa prometer, fará o possível para viabilizar mão de obra para construção de barracos.

Lígia Pereira informa que a Ata será levada amanhã com o Termo de Acordo.

Vanessa Portugal fala que é importante especificar no documento que o remanejamento está garantido para “até” 432 famílias.

A alteração é feita no acordo conforme solicitado.

Alessandro Marques informa que será elaborado um anexo ao Termo de Acordo com o detalhamento das condições e prazos.

Lígia Pereira explica o que é a câmara setorial. Propõe que apresentem uma minuta das condições para que sejam discutidas nessa reunião. Lembra que a Polícia Militar precisa acompanhar o processo para fazer relatório. Pede para que o Major Madureira a corrija se estiver errada.

Alessandro Marques informa que amanhã fará movimento para comunicar ao Coronel Herbert sobre a saída pacífica dos moradores

Reinaldo Oliveira, Secretário Adjunto de Habitação de Contagem, pedirá auxílio de outra secretaria para realizar o cadastramento.

Cadastramento marcado para amanhã, às 13h. Fazem as alterações necessárias no Termo de Acordo.

Lígia Pereira informa que marcará uma reunião para definir a comissão do governo.

Ao final da reunião foram acordados os seguintes encaminhamentos:

1. Afonso Andrade e Alessandro Marques se reunirão com a Juíza Mônica, da 4ª Vara, e o desembargador da 2ª Instância, Alberto Diniz, para informar sobre a desocupação pacífica da área
2. A Prefeitura Municipal de Contagem fará no dia 22/06/2017, a partir das 13h, o cadastramento dos moradores das ocupações William Rosa e Marião
3. Criar uma comissão das partes envolvidas para acompanhamento das ações do acordo
4. Lígia Pereira fará a marcação de uma reunião para definir a comissão do governo
5. Instituir uma câmara setorial para discutir os detalhes do Termo de Acordo para construção do anexo.

Assinam o Termo de Acordo.